

## **Terapia ocupacional e capitalismo: articulação histórica e conexões para a compreensão da profissão\***

### **Occupational therapy and capitalism: historical and connection to the comprehension of the profession**

**Girlene Maria Mátis Cavalcante<sup>1</sup>, Maria Margareth Ferreira Tavares<sup>2</sup>, Waldez Cavalcante Bezerra<sup>3</sup>**

---

CAVALCANTE, G. M. M.; TAVARES, M. M. F.; BEZERRA, W. C. Terapia ocupacional e capitalismo: articulação histórica e conexões para a compreensão da profissão. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v.19, n. 1, p. 29-33, jan./abr. 2008.

**RESUMO:** Trata-se de uma análise histórica da Terapia Ocupacional, colocando como pano de fundo dessa trajetória o desenvolvimento do sistema capitalista, na tentativa de captar o significado social da profissão enquanto especialização do trabalho coletivo. Estando o terapeuta inserido nesse modo de sociabilidade, atentou-se para a necessidade de pontuar a ação política exercida no ato terapêutico ocupacional, à medida que o profissional atua sobre a contradição existente na relação capital / trabalho contribuindo para a reprodução das relações sociais.

**DESCRITORES:** Terapia ocupacional. Capitalismo. Terapia ocupacional/história.

---

---

\* Texto retirado do trabalho de conclusão de curso intitulado O mercado de trabalho dos terapeutas ocupacionais de Maceió-AL no contexto contemporâneo de crise do capital.

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: gilmatis@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Terapeuta Ocupacional. Professora da Faculdade de Terapia Ocupacional da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Mestranda em Psicobiologia pela Unifesp. E-mail: margarethtavares@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduando em Terapia Ocupacional pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. E-mail: waldezto@yahoo.com.br.

**Endereço para correspondência:** Waldez Cavalcante. Rua Magda Danielle, 160, Lot. Nuporanga, Tabuleiro. CEP: 005781-600. Maceió, AL.

Neste artigo procura-se analisar, a partir da perspectiva histórico-crítica a evolução histórica da Terapia Ocupacional, buscando apreender o significado social da profissão enquanto especialização do trabalho coletivo. Levando em consideração que muitas vezes esse debate torna-se fortemente descritivo, tentaremos examinar os caminhos da profissão atentando para as razões econômico-políticas subjacentes a ela, evitando assim, levar a questão para uma dimensão estritamente instrumental e técnica para não esvaziá-la das tensões políticas e societárias que marcaram o seu surgimento e desenvolvimento.

De acordo com Medeiros (2003, p. 61), o caminho de uma profissão é o caminho do desempenho de suas funções sociais, de suas construções teóricas e das conseqüentes práticas (ou técnicas) utilizadas, é, enfim, o caminho das diferentes concepções de homem e sociedade que dão sustentação à elaboração de seu saber. Desse modo, a análise sobre a evolução histórica da Terapia Ocupacional não pode ser isolada do conjunto das relações e dos valores ideológicos da formação social em que ela se inscreve.

Partindo dessa compreensão, renunciamos as concepções históricas que partem de datas remotas, pois assim como Medeiros (2003, p. 36), acreditamos que essas abordagens mostram a presença da atividade na questão da saúde, mas não dizem respeito à Terapia Ocupacional, já que os feitos humanos devem ser interpretados de acordo com a compreensão de sua época.

Sabe-se que a Terapia Ocupacional tem sua gênese marcada pela postura humanista, originada no interior da medicina quando se desenvolve a crença sobre o poder terapêutico da ocupação. Seu desmembramento da medicina foi resultado do processo de especialização do trabalho e do conhecimento nas sociedades capitalistas. Assim, ao ser implementada como uma prática médica, a produção de seus conhecimentos, de suas aplicações, de seu poder social, sofre pode ser vista como resultado do contexto sócio-político-econômico-cultural em que está inserida (MEDEIROS, 2003, p. 39).

A partir da separação da medicina, a área adéqua sua prática profissional à lógica global dos serviços de reabilitação, de acordo com os interesses político-ideológicos das classes hegemônicas e do atendimento de determinadas necessidades de saúde que não encontravam respostas na exclusiva intervenção médica (SOARES, 1991, p. 19).

É importante salientar que esse processo alterou a condição do agente e o significado social de sua ação, uma vez que o agente torna-se um profissional assalariado e a significação social do exercício profissional adquire um novo sentido na reprodução das relações sociais. Portanto,

conforme Lins (2007, p. 17) é ao inserir-se no mercado de trabalho, como profissional assalariado, que o agente social encontra definitivamente o meio que o levará a profissionalização.

Essa tendência à fragmentação do conhecimento e divisão do trabalho se dá no contexto da passagem do sistema capitalista para a sua fase monopolista, que vem substituir o capitalismo concorrencial no último terço do século XIX. Nesse estágio, o Estado passa a atuar como instrumento de organização da economia, garantindo as condições favoráveis à acumulação e valorização deste através de medidas econômicas e políticas, efetivando-se pelos mecanismos repressivos e coercitivos, e pelos mecanismos político-ideológicos que se concretizam por meio de um discurso igualitário e universal nas instituições escolares, de saúde, de comunicações e outros serviços objetivando diluir as tensões sociais resultantes da contradição entre capital / trabalho (NETTO; BRAZ, 2007; SOARES, 1991).

Desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais gestadas nesse processo de passagem para a fase monopolista determinaram novas necessidades sociais e novos impasses que passaram a exigir profissionais qualificados para o seu funcionamento. No bojo dessas transformações surgem diversas organizações, instituições e profissões, de modo que a Terapia Ocupacional vai emergir no início do século XX como resultado desse processo.

A partir do século XVIII, com o surgimento do tratamento moral, que ocorre a formalização sobre o uso terapêutico das atividades no tratamento do doente mental. Nesse contexto o trabalho ganhou lugar de destaque como valor e norma social, importante para a criação e sustentação da ideologia capitalista (MEDEIROS, 2003).

No início do século XX (1917) a Terapia Ocupacional se estrutura enquanto profissão no contexto da retomada do tratamento moral na tentativa de humanizar o atendimento ao doente mental, pois este modelo havia sido relegado a segundo plano durante todo o século XIX. (MEDEIROS, 2003).

Foi durante a Primeira Guerra Mundial que a profissão se expandiu para tratar dos acidentados e neuróticos de guerra, pois havia a necessidade de pessoas capacitadas e produtivas para a reconstrução social no pós-guerra. Abria-se espaço para a readaptação e reabilitação, fundamentais ao controle, e à reciclagem, requalificação, produção e reprodução da força de trabalho, sob progressivo agenciamento do Estado (LOPES, 1999; DE CARLO; BARTALOTTI, 2001).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2007) o movimento de reprodução do capital reproduz as condições favoráveis à apropriação do trabalho excedente, bem como,

acentua os antagonismos de interesses que são inerentes às relações sociais. Nesse sentido, a Terapia Ocupacional não pode escapar a essa realidade e a atuação profissional é permeada por diferentes interesses de classes sociais. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora. Assim, Medeiros (2003, p. 91) coloca que a profissão no período da primeira guerra desempenhava um papel político fundamental para o Estado, não só recuperando a força de trabalho, mas também fortalecendo o sentimento de patriotismo.

Após essa época favorável à profissão, ocorreu a grande crise econômica mundial (1929-1932). Segundo Behring (2006), essa crise instaurou a desconfiança em relação aos pressupostos do liberalismo econômico e suas repercussões provocaram a quase extinção dos programas de recuperação dos incapacitados, repercutindo negativamente não somente nos usuários destes serviços, mas também no mercado de trabalho da Terapia Ocupacional, uma vez que os profissionais perderam os seus principais espaços de atuação. Naquela ocasião, a prática profissional, ainda pouco desenvolvida, se reaproximou da medicina para legitimar-se, acarretando uma mudança no escopo conceitual para se adequar à concepção de saúde emergente (SOARES, 1991, p. 143).

Entretanto, com a Segunda Guerra Mundial abriu-se novamente o mercado para esses profissionais, à medida que são retomados os programas de reabilitação profissional do incapacitado físico e do doente mental, surgindo a necessidade de terapeutas ocupacionais em hospitais civis e militares. Com isso, houve um crescimento da profissão, sobretudo na área do tratamento das incapacidades físicas, surgindo em seguida, as entidades de reabilitação (DE CARLO; BARTALOTTI, 2001; SOARES, 1991).

Na década de 1940, surgem os programas para incapacitados físicos no Brasil, decorrente do Movimento Internacional de Reabilitação, a partir das iniciativas de entidades governamentais e não-governamentais. Com a introdução desses serviços no país ocorreram mudanças na concepção de saúde vigente, seguindo modelos estrangeiros de reabilitação (DE CARLO; BARTALOTTI, 2001; SOARES, 1991). Para uma melhor compreensão sobre a constituição da profissão no Brasil faz-se necessário um resgate conjuntural da política nacional que precedeu a década de 1940.

Ocorria no país, a partir de 1907, o incremento da organização política dos trabalhadores, e a mudança da postura do Estado liberal que inaugura um processo intervencionista. O advento da crise de 1929-1932 repercutiu no Brasil na mudança da correlação de forças

no interior das classes dominantes, de modo que em 1937 funda-se a ditadura do Estado Novo, com Vargas à frente. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 104-105).

Na época estavam pendentes a regulamentação do trabalho e o enfrentamento da questão social. Nesse sentido, o governo Vargas enfrentou o movimento operário por meio de uma forte iniciativa política: a regulamentação das relações de trabalho, buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes, e o impulso à construção do Estado social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 106).

Esse esforço regulatório inicial, segundo Draibe (apud Behring & Boschetti, 2007), pode ser caracterizado como a introdução da política social no Brasil. Em relação ao trabalho, houve a regulação dos acidentes de trabalho, das aposentadorias e pensões, auxílios doença, maternidade, família e seguro-desemprego. Montañó (2007, p. 33) acrescenta que em 1943 também houve a outorga da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), formalizando as relações trabalhistas nos setores secundário e terciário.

É importante esclarecer que não se adota aqui uma visão unilateral, no sentido de restringir as políticas sociais como iniciativas exclusivas do Estado para garantir hegemonia por meio da dominação / cooptação dos trabalhadores, mas partimos de uma perspectiva que considera o papel da luta de classes nessas conquistas, adotando os conceitos gramscianos de Estado e sociedade civil como espaços contraditórios de embate da luta de classes.

Nesse contexto, os programas de reabilitação profissional são incorporados ao discurso populista de Vargas e institucionalizados como atividade da previdência social. Desde então, várias entidades brasileiras implementaram pequenos programas de reabilitação para acidentados do trabalho, pacientes crônicos, deficientes sensoriais e físicos, introduzindo práticas especializadas inexistentes no Brasil, inclusive a Terapia Ocupacional (SOARES, 1991, p. 72-73).

Esses programas introduziram-se no país pela lógica distributiva das entidades previdenciárias que propunha o amplo oferecimento de serviços de saúde visando o reengajamento do segurado na força de trabalho ativa e o fortalecimento das lideranças populistas, e pela ideologia assistencialista da burguesia, na qual cabia à sociedade civil prover recursos que reduzissem problemas específicos gerados no modo de produção capitalista, na perspectiva idealista de colaboração de classes e da sociedade como um todo harmônico, onde o problema social é desvinculado do sistema econômico (SOARES, 1991).

Desse modo, o terapeuta ocupacional aparece como produtor de serviços não diretamente produtivo, mas necessários à existência e maior produtividade dos trabalhos

diretamente produtivos, contribuindo para reforçar a dominação de classe e enquadrando-se nas atividades que, segundo Yamamoto & Carvalho (2007, p. 86), criam as condições político-ideológicas favoráveis à manutenção das relações sociais, configurando-as como harmônicas, naturais, destituídas das tensões que lhe são inerentes. Essa característica levou Lopes (1999, p. 133), referenciado em Gramsci, chamá-lo de “trabalhador do consenso”.

Embora em nosso país já houvesse experiências de uso das ocupações com objetivo terapêutico nos hospitais psiquiátricos houve a implantação dos cursos de formação de Terapia Ocupacional preferencialmente na área da reabilitação física, em especial por influência norte-americana do Movimento Internacional de Reabilitação. Isso representou a descontinuidade no processo de desenvolvimento da profissão no Brasil, ao assumir a concepção de uma profissão paramédica, orientada pelo modelo clínico. (MEDEIROS, 2003)

O processo de formalização da profissão no país ocorreu em 1969 no contexto da profissionalização da classe média em áreas e tecnologias mais competitivas (MEDEIROS, 2003; SOARES, 1991). Nesse período o sistema capitalista caminhava, mundialmente, para mais uma das suas crises que definiu os contornos do projeto neoliberal, reorientando o papel do Estado na intervenção econômica e social por meio da redução dos gastos com as políticas sociais em todas as áreas, inclusive da saúde (MONTAÑO, 1999; MONTAÑO, 2007; BEHRING & BOSCHETTI 2007).

Isso teve reflexos diretos no mercado de trabalho de todas as profissões e levou a um movimento de crescente pressão para que os terapeutas ocupacionais se tornassem mais pragmáticos, desenvolvendo práticas ‘comprovadamente eficazes’ e ‘competentes’ para serem mais competitivos no mercado de trabalho (LOPES, 1999; DE CARLO & BARTALOTTI, 2001).

As transformações decorrentes da crise de 1970 também afetaram os profissionais da Terapia Ocupacional, especialmente pelo redirecionamento do Estado (historicamente o maior empregador de terapeutas ocupacionais) no atendimento às seqüelas da questão social, expressado segundo Montaño (2007) através da redução da sua responsabilidade no plano econômico e no social, por meio da contenção de gastos com as políticas sociais e das privatizações. É nesse cenário que Montaño (1999, p. 59-60) situa o surgimento do chamado “terceiro setor”, envolvendo um número significativo de organizações e instituições ditas “não-governamentais” e “não-lucrativas” e que são funcionais ao ideário neoliberal.

Na contemporaneidade o espaço sócio-ocupacional do profissional de Terapia Ocupacional é constituído

principalmente por instituições que prestam serviços públicos destinados a atender pessoas e comunidades que buscam apoio para desenvolver sua autonomia, participação e exercício de cidadania; podendo o terapeuta atuar em instituições estatais, privadas ou pertencentes ao “terceiro setor”.

Entretanto, é relevante salientar que ao contrário do que afirmam os teóricos do “terceiro setor”: que este representa uma fonte alternativa de ocupação profissional; Montaño (2007, p. 212) coloca que o mercado de trabalho aberto nesta esfera não compensa em nenhum aspecto (quantidade de postos de trabalho; tipo de vínculo empregatício, instável, flexível, etc) a retração do mercado na órbita estatal, pois ao inserir-se nesses espaços de atuação, mesmo com a intervenção do Estado, os profissionais vivenciam uma inserção permeada pelo contexto da precarização das políticas sociais e com uma evidente precarização das relações e condições de trabalho que reflete negativamente na qualidade dos serviços prestados.

No entanto, apesar da tendência a redução dos gastos públicos, na área da saúde a redução das internações hospitalares trouxe a necessidade de novos serviços comunitários que fizeram crescer a procura pelo trabalho dos terapeutas ocupacionais no atendimento à pacientes com quadros clínicos agudos e de recuperação mais rápida e à sujeitos em condição de risco pessoal e/ou social, abrindo assim novos espaços de atuação (DE CARLO; BARTALOTTI, 2001, p. 37-38).

Apesar desse avanço, caracterizado pela inserção do terapeuta ocupacional em novos campos de intervenção, avaliamos que continua existindo a necessidade de superar o estereótipo da profissão como de baixo status profissional, de aumentar nossa representatividade dentro das equipes de saúde, de um maior engajamento político da categoria e aumentar a produção científica tornando-a mais conhecida e valorizada socialmente.

Então, faz-se necessário que os profissionais conheçam as condições materiais de sua prática profissional, bem como o papel político que desenvolvem através de seu fazer profissional, ou seja, tornem-se profissionais críticos capazes de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.

Portanto, é a partir dessa percepção, viabilizada através de uma análise histórica da profissão a partir das mudanças societárias decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas, que se busca engendrar uma nova consciência profissional que possibilite transformar as necessidades sociais em um projeto comum da população e dos técnicos, fazendo com que os terapeutas ocupacionais se percebam

na condição de assalariados, explorados pelo capital e que possuem um papel político-transformador enquanto agentes

sociais na busca por um novo projeto societário que, como diria Mészáros (2002), consiga ir para além do capital.

---

CAVALCANTE, G. M. M.; TAVARES, M. M. F.; BEZERRA, W. C. Occupational therapy and capitalism: historical and connection to the comprehension of the profession. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v.19, n. 1, p. 29-33, jan./abr. 2008.

**ABSTRACT:** This study brings an historical analysis of Occupational Therapy, using as a background of its path the developing of the capitalistic system, trying to catch the social meaning of the profession while specialization of the collective work. Being the occupational therapist inside of this kind of society, the need to point the political action existent on the occupational therapeutic act has raised, due to the fact that the professional acts over the contradiction existent on the relation capital / work contributing to the reproduction of the social relations.

**KEY WORDS:** Occupational therapy. Capitalism. Occupational therapy/history.

---

## REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, A. E., et al. (orgs.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, ABEPSS, Ministério da Saúde, OPAS, OMS; 2006.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 3a. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2)

DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. Caminhos da Terapia Ocupacional. In: DE CARLO, M. M. R. P., BARTALOTTI, C. C. (orgs.). **Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Plexus, 2001.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 21a. ed. São Paulo: Cortez, CELATS, 2007.

LINS, M. A. T. **As condições de trabalho dos profissionais do serviço social na contemporaneidade**. 2007. 124. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

LOPES, R. E. **Cidadania, políticas públicas e terapia**

**ocupacional, no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência, no município de São Paulo**. Campinas, 1999. 536p. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 1999.

MEDEIROS, M. H. R. **Terapia ocupacional: um enfoque epistemológico e social**. São Paulo: Hucitec, EdUFSCAR, 2003.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MONTAÑO, C. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “Terceiro Setor” em questão. In: **Rev. Serviço Social Sociedade**, São Paulo, n. 59, p. 47-79. 1999.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 2a. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

SOARES, L. B. T. **Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.